

GÊNERO OFÍCIO: UMA ANÁLISE SISTÊMICO-FUNCIONAL

THE OFFICIAL LETTER GENRE: A SYSTEMIC- FUNCIONAL ANALYSIS

Edna Cristina Muniz da Silva – UnB¹

Fabíola Sartin – UFG²

Hudson Nogueira Santos – UnB³

Recebimento do texto: 15/10/2017

Data de aceite: 30/10/2017

RESUMO: Com base nos estudos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de M. K. Halliday, este artigo analisa a estrutura discursiva e léxico-gramatical de um gênero da Redação Oficial – Ofício, através do Sistema de Modo (Halliday 1994, 2004, 2014) e do Sistema de Avaliatividade (Martin e White, 2005; Martin e Rose 2003). As questões de análise se dão em torno do princípio administrativo-constitucional da impessoalidade na produção das comunicações oficiais. As análises mostram que, por meio das escolhas léxico-gramaticais, os escritores diminuem as distâncias sociais a fim de criar um ambiente de pessoalidade no texto, para então realizar as trocas políticas e a criação de laços amistosos. Por vezes, a intenção comunicativa de criar o ambiente de pessoalidade no texto parece assumir o principal objetivo do gênero, contrariando o interesse público.

PALAVRAS-CHAVE: Interpessoalidade; avaliatividade; gênero ofício; pessoalidade.

ABSTRACT: Based on Systemic Functional Linguistics studies of M. K. Halliday, this article analyzes the discursive and lexical-grammatical structure of the official letter genre, through Mood System (Halliday 1994, 2004, 2014) and Appraisal System (Martin and White, 2005; Martin and Rose 2003). The analysis issues are around the administrative and constitutional principle of impersonality in the production of official communications. Results show that, through of lexical-grammatical choices, writers reduce social distances in order to create a personal atmosphere in the text, and then, perform the policies exchanges and the establishment of friendly ties. Sometimes, the communicative intent of creating a personal atmosphere in the text seems to assume the goal of genre which goes against the public interest.

KEYWORDS: Interpersonal; appraisal; official letter genre; personality.

¹Professora Adjunta do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB). Email: ednacris@gmail.com.

² Professora Adjunta da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da UFG/Regional Catalão. Professora doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – PUCSP. Email: fabiolasartin@gmail.com.

³ Funcionário da Escola Nacional de Administração Pública e mestre em Linguística pela UNB. Email: Hudson.santos@enap.gov.br

1 Introdução

Os estudos sistêmico-funcionalistas desenvolvidos por Halliday (2014) alinham-se a uma visão funcionalista de língua, pois considera que o papel do contexto social e cultural e as intenções do falante/escritor são relevantes para a construção dos significados nos textos. Com base nessa perspectiva de língua, este estudo apresenta análises de textos oficiais produzidos por deputados federais e senadores da república, com o objetivo de identificar como a léxico-gramática concretiza significados interpessoais que revelam a cultura administrativa brasileira no âmbito do poder legislativo.

A Redação Oficial comporta diversos gêneros textuais de caráter oficial, isto é, governamental. Devido a esse caráter, alguns padrões e princípios são prescritos por normas estatais para a sua elaboração. No artigo 37 da Constituição Federal de 1988, dois princípios norteiam a elaboração desses gêneros, a impessoalidade e a publicidade, como entendido pelo Manual de Redação da Presidência da República, MRPR (BRASIL, 2002). A impessoalidade objetiva que as questões tratadas pela administração pública sejam resguardadas como *res publica*, protegendo-as de interesses de caráter pessoal. Trata-se da postura do Estado diante da coletividade dos cidadãos, no que toca ao princípio da publicidade dos documentos oficiais. A publicidade implica que o conhecimento de tais documentos esteja disponível aos cidadãos, pois carregam interesses da coletividade, resguardadas as exceções legais.

A padronização e a estrutura desses textos são prescritas por manuais oficiais, com a finalidade de que um determinado documento seja reconhecido dentro da própria administração pública e pelos cidadãos. Isso permitirá que as informações e bens e serviços públicos sejam atendidos com celeridade, uma vez que portam demandas públicas. Todavia, os manuais não consideram a natureza dos gêneros textuais, os quais instanciam o contexto de cultura de uma sociedade. Em decorrência disso, variações e instabilidades podem ocorrer nos textos quanto aos princípios administrativo-constitucionais nos gêneros de Redação Oficial.

Este artigo analisa a impessoalidade em cinco textos oficiais, que mediaram a comunicação entre comissões das duas casas e seus presidentes, colhidos dos Diários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no exercício de 2013, sendo presidentes das respectivas casas, o deputado Henrique Eduardo Alves e o senador Renan Calheiros.

Os gêneros em questão são Ofícios dirigidos aos presidentes das duas casas. Ofício é um gênero que constitui uma Comunicação Oficial cujo objetivo social é realizar a comunicação entre diferentes órgãos, ou entre órgãos públicos e os cidadãos.

2 Pressupostos teóricos

Para a Linguística sistêmico-funcional (LSF), os textos são realizados dentro de dois contextos. Um contexto mais imediato, o de situação, e um contexto mais abrangente, o de cultura. O contexto de cultura é a instância dos gêneros textuais, por meio dos quais os falantes se comunicam e agem no mundo, e são estruturados de acordo com seus propósitos sociais; o contexto de situação instancia o contexto de cultura por meio dos significados de campo, relações e modo do discurso, os quais constituem, cada um, uma metafunção da linguagem. Na perspectiva da linguística sistêmico-funcional, o conceito de gêneros textuais (Egins e Martin, 1997) expressa dois importantes aspectos, que integram o conceito tradicional de gênero provido pelos estudos de literatura às práticas sociais. O primeiro aspecto refere-se à perspectiva do teórico russo Bakhtin, que considera os diversos gêneros discursivos como tipos de enunciados relativamente estáveis, sejam falados ou escritos. O segundo aspecto refere-se ao caráter funcional do gênero, nesse sentido o seu propósito social. Assim, para diferentes objetivos sociais estabelecidos culturalmente, existem diferentes tipos genéricos correlacionados. Isto é, diferentes textos genéricos apresentam diferentes propósitos culturais.

Esses dois aspectos se complementam e potencializam-se, vejamos que o primeiro traz a ideia bakhtiniana de “tipos relativamente estáveis”. Ora, quando consideramos aspectos relativamente estáveis em textos, escritos ou falados, com um mesmo objetivo social, dentro de uma determinada cultura, isso nos remeterá a uma estrutura de texto comum, a um padrão textual para um determinado objetivo social. É o que Egins (2004) chama de *estrutura esquemática*. A organização interna dos gêneros em etapas parece ser fator consensual para a análise e estudos de gêneros na LSF, segundo os estudos de Silva e Espíndola (2013). Esses autores apontam a recorrente produção sobre gêneros textuais segundo a perspectiva sistêmico-funcional (Martin e Matthiessen 2012; Martin 2001, 1992; Martin e Egins 1997; Martin e Rose 2008; Martin e White 2005).

Eggins (2004) mostra que, para lograr um objetivo, os gêneros se estruturam esquematicamente e cada etapa dessa estrutura colabora para a construção dos significados que o texto pretende vincular e assim alcançar seu propósito social. Segundo Hasan (apud Martin & Rose, 2007), os estágios de um gênero, bem como suas realizações linguísticas, estão condicionados aos três contextos sociais de Halliday (2004), ou seja, as variáveis de campo, relações e modo. Para Hasan, nesse sentido, o contexto social determina o gênero.

3 Análise Sistêmico-Funcional de Gênero textual

No contexto da administração pública brasileira, o Ofício é um gênero da redação oficial para comunicação interna e externa ao serviço público, que, para cumprir sua finalidade social, apresenta uma singular estrutura esquemática. É próprio das atividades da administração pública determinar procedimentos e padrões de ação. O mesmo se dá com a produção dos gêneros textuais administrativos que circulam na esfera governamental. Diversos manuais oficiais orientam e normatizam a confecção dos textos a serem produzidos segundo o seu objetivo. Entre os mais conhecidos, estão o Manual de Redação da Presidência da República (2002) – MRPR – e o Manual da Câmara dos Deputados (2004). Por ser mais genérico, tomaremos por base, para a análise estrutural, o MRPR. Tal manual prescreve a seguinte estrutura para o objetivo social de Ofícios:

1. Identificação do expediente;
2. Datação e local;
3. Endereçamento e Vocativo;
4. Assunto;
5. Texto;
6. Fecho;
7. Assinatura;
8. Identificação do Signatário.

Cada componente desta estrutura concorre para a unificação dos sentidos e para o objetivo cultural que se quer alcançar em um Ofício. Deve-se ter em mente que o manual apresenta normatizações, portanto ele não considera a realidade do gênero como sua característica cultural, por meio das escolhas léxico-gramaticais e discursivas dos

escritores. Logo, o que acontece na prática, por vezes diverge desta estrutura ou a estende, segundo a eleição e a modelação dos componentes da estrutura esquemática para os fins específicos. Como Bakhtin escreve, as tipologias textuais são relativamente estáveis, assim, a estrutura apresentada não é estanque.

O texto 1, a seguir, apresenta um Ofício de acordo com a estrutura prescrita tanto pelo MRCD como pelo MRPR.

Texto 1

1. Identificação do expediente:	Of. n° 855/2013/SGM/P
2. Datação e local:	Brasília, 8 de maio de 2013.
3. Endereçamento e Vocativo:	A Sua Excelência o Senhor Deputado Major Fábio Gabinete 368 – Anexo III Nesta
4. Assunto:	Assunto: Prejudicialidade de Proposição
5. Texto:	Senhor Deputado, Reporto-me ao Projeto de Lei n° 5.314/13, de sua autoria, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 36 da Lei n° 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”. Informo a Vossa Excelência que não será possível dar tramitação à mencionada proposição, uma vez que a matéria em apreço já se encontra contemplada em diploma legal (Lei n.º 11.951, de 24 de junho de 2009). Assim sendo, considero prejudicada a mencionada Proposição, em conformidade com o disposto no art. 164, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
6. Fecho:	Atenciosamente,
7. Identificação do Signatário:	Henrique Eduardo Alves
8. Cargo ou função:	Presidente

O propósito social do texto 1 é informar, por isso materializa apenas uma proposição, já que não é possível realizar a tramitação de um projeto de lei do ano de 2013, uma vez que a matéria em apreço já se encontra contemplada em outra lei de 2009. O objetivo ainda atende a tradições dentro de um contexto cultural, no caso a

esfera governamental brasileira. Nessas comunicações, há ainda o objetivo de identificar o perfil social do interlocutor, localizá-lo na hierarquia administrativa ou governamental e individualizá-lo. De uma forma um tanto quanto cerimonialista ou ritualística, esta é a função dos vocativos e dos pronomes de tratamento nesses gêneros. Embora sejam prescritas, essas estruturas são dinâmicas, pois estão a serviço das intenções comunicativas de falantes socialmente situados dentro de uma determinada cultura. “Estar a serviço do falante” é entender que este dispõe de opções discursivas e léxico-gramaticais em sua língua e que, a partir dessas opções, realiza escolhas as quais julga eficazes para atingir seu objetivo social. É possível que ideologias estejam orientando essas escolhas, especificamente se considerarmos o tipo de relação e de papéis que o escritor atribui ao seu interlocutor ao ter que localizá-lo em uma hierarquia, ao ter que dimensionar proximidades e distâncias sociais tendo em vista seu objetivo social, que pode ser de interesse da coletividade ou de interesse pessoal, em se tratando de um ambiente político, administrativo e governamental.

De acordo com o objetivo social, a estrutura do gênero molda-se ao propósito do escritor, que é o signatário, podendo admitir o acréscimo de novas etapas, como podemos observar no texto 2 abaixo.

Texto 2

1. Identificação do expediente:	Ofício nº 46/2013 – CI
2. Datação e local:	Brasília, 22 de abril de 2013.
3. Endereçamento e Vocativo:	Excelentíssimo Senhor Presidente,
3.1. Vocativo informal:	Caro Presidente Renan,
4. Assunto:	—
5. Texto:	Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia 26 de março do ano em curso, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador João Costa, respectivamente.
6. Fecho:	Atenciosamente,
6.1. Fecho informal:	com o abraço do Senador
7. Identificação do Signatário:	Fernando Collor,

8. Cargo ou função:	Presidente
---------------------	------------

No texto 2, nota-se a ampliação da estrutura esquemática do gênero, ao serem acrescentadas duas etapas, no caso o vocativo e o fecho, as quais realizam tanto significados experienciais quanto interpessoais. Tais etapas, a princípio, parecem não comportar outros sentidos e objetivos além do previsto pelos manuais oficiais, isto é, que é estabelecer e identificar posições hierárquicas dentro da administração pública. Todavia, os manuais não levam em conta o propósito social dos gêneros textuais, isto é, o reflexo do contexto de cultura nos textos.

É de se esperar que a informação principal, o núcleo significativo do gênero Ofício, esteja localizada nas etapas Texto ou Assunto, a qual foi omitida – por isso a sinalizamos com o travessão. No caso, a etapa Texto comunica a eleição de dois senadores, como presidente e vice-presidente de uma subcomissão do Senado. Contudo, percebe-se que o acréscimo das etapas Vocativo e Fecho informal – não previstas nos manuais de redação oficial – trazem informações contextuais a respeito da proximidade dos interlocutores. Isso confirma que os textos trazem, em sua estrutura e léxico-gramática, os significados do contexto de cultura em que são usados (Eggins, 2004).

O senador signatário compreende que suas opções discursivas e léxico-gramaticais vão além das prescritas nos manuais oficiais, as quais são em última instância, o reflexo de princípios constitucionais, como por exemplo, a impessoalidade (BRASIL, 1988). O senador, na condição de autor do Ofício, situa-se socialmente não apenas na esfera pública da administração, mas também na esfera privada de suas relações particulares, de onde também faz suas escolhas discursivas e léxico-gramaticais.

O Vocativo *Caro Presidente Renan* e a ausência do sobrenome exprimem significados interpessoais de informalidade e proximidade. Do mesmo modo, o Fecho informal, *com o abraço do Senador*, torna o gênero ofício semelhante ao gênero “e-mail pessoal”. Esses significados concorrem paralelamente, senão em maior importância, com a informação da eleição do presidente da subcomissão, marcando uma relação pessoal entre o senador Fernando Collor e o presidente do Senado Federal, o senador Renan Calheiros, tornando essa relação pública e visível aos partidários e correligionários.

Em relação ao contexto de situação, esse Ofício foi publicado no Diário do Senado Federal e no sítio eletrônico do Senado Federal, sendo disponibilizado para toda a casa legislativa e o público em geral. Como é de praxe, determinados ofícios, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, são publicados nos respectivos diários e sítios eletrônicos. É possível considerar a publicidade de tal Ofício uma oportunidade de reforçar alianças políticas e partidárias, ou ainda um veículo de construção da autoimagem do senador signatário, o que colabora para entender o porquê do uso da impessoalidade por parte do senador Fernando Collor. Ao se consultar os textos assinados pelo senador em questão, percebe-se o costume do mesmo de acrescentar ao fecho de seus Ofícios a expressão *com o abraço do Senador*, independentemente se este é endereçado ao Presidente da casa. Isso leva a entender que há uma intencionalidade em relação à autoimagem que o senador quer marcar nas suas relações sociais no Legislativo brasileiro e em relação ao papel a ser desempenhado pelos seus leitores, parlamentares ou civis.

A estrutura esquemática dos textos examinados mostra que, na prática, os Ofícios extrapolam as prescrições ditadas pelos manuais oficiais. No dia-a-dia dos órgãos governamentais, encontramos variações na estrutura e na léxico-gramática dos textos oficiais, decorrentes das relações de poder e do jogo político que permeiam as esferas da administração pública brasileira. Consequentemente, as normas para a construção desses textos são constantemente negociadas.

Para a LSF, a análise linguística se dá de forma descendente (*top-down*), assim o contexto de cultura é realizado pelo contexto de situação. Ao contexto de situação correspondem os registros, que segundo Silva (2007), referem-se aos momentos e lugares específicos em que os textos são efetivamente utilizados. Tais momentos e lugares exercem influência sobre nossas escolhas linguísticas, quanto ao assunto a ser tratado, às relações desenvolvidas e ao papel que a mensagem desenvolve na organização das ideias em um texto coerente. Halliday (1994) descreve este contexto por meio de três variáveis de registro. Trata-se do Campo, no qual a língua é usada para discorrer sobre algo; das Relações, que apontam quais papéis são desempenhados pelos participantes na interação; e por fim o Modo, que subsidia os dois registros anteriores, demonstrando também o papel que a linguagem está desempenhando na interação.

Interessam, neste artigo, os papéis que o autor de Ofícios desempenha e atribui ao seu interlocutor por meio desse gênero na administração pública. Para isso,

investigaremos os recursos da metafunção interpessoal, para identificarmos como o Sistema de MODO constrói informações sobre o tempo em que ocorre o evento, bem como informações sobre o julgamento e o comprometimento dos falantes.

Acerca da natureza das relações sociais entre os interlocutores, Martin e Rose (2007) afirmam que existem duas dimensões. Uma vertical, o *status*, que relaciona aspectos de igualdade, dominação e subordinação, portanto aspectos hierárquicos; e outra horizontal, a solidariedade, que vincula aspectos entendidos como distância e proximidade social. Para ilustrar os eixos do *status* e da solidariedade apresentamos a figura 1 abaixo.

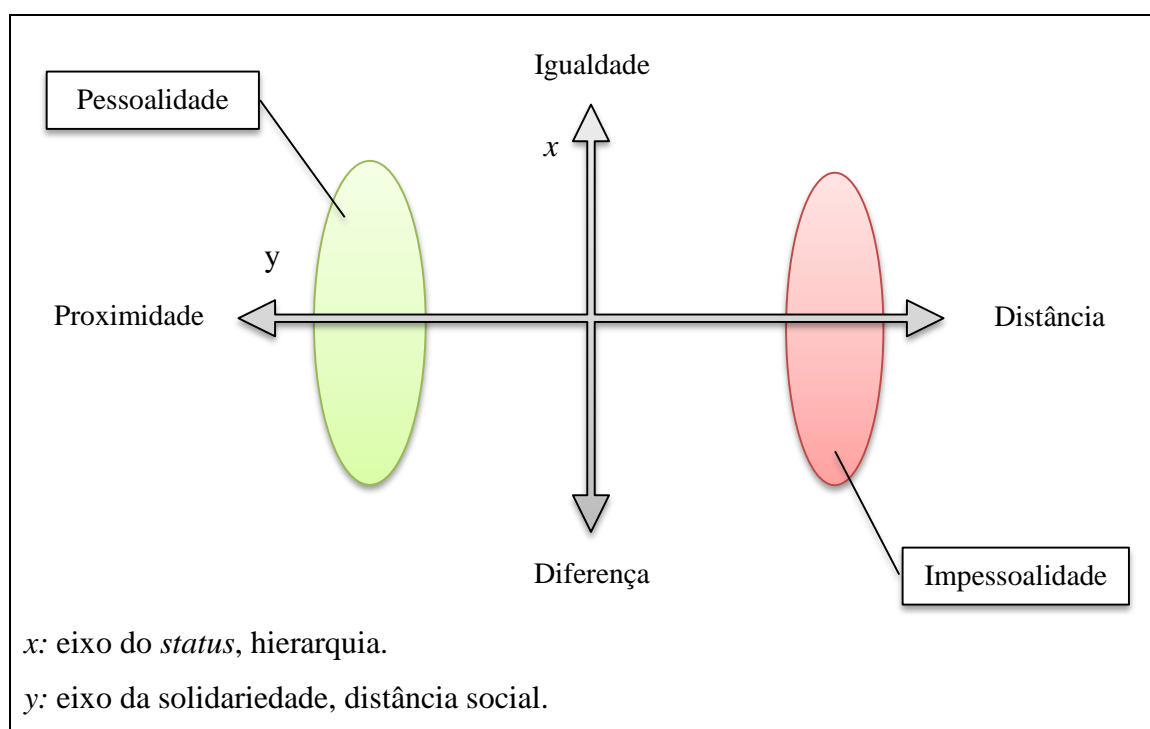


Figura 1 Dimensões das relações sociais

Nos textos analisados, o eixo do *status* é representado pelas etapas “Vocativo” e “Fecho”, que marcam a hierarquia pelo uso de pronomes de tratamento exclusivos para os ocupantes dos cargos em questão. O eixo da solidariedade, que instancia a aproximação/distância social, é realizado por aspectos de informalidade, especificamente o uso de adjetivos e de recursos de avaliatividade.

4 O sistema de avaliatividade (SA)

O Sistema de avaliatividade (SA) abrange as avaliações realizadas no discurso. Como as opiniões e valores acerca das pessoas, coisas são avaliadas nos textos. Dito de outra forma, trata-se de um recurso semântico-discursivo que serve para realizar os significados interpessoais referentes às avaliações, posicionamentos, opiniões referentes ao comportamento das pessoas, às coisas e objetos e os sentimentos envolvidos nessas avaliações.

O SA é ainda definido por White (2004), como uma abordagem específica que explora, descreve e explica a forma pela qual a língua é utilizada nos processos de avaliação, como por exemplo, adotar uma postura, construir personas textuais - termo utilizado por Martin (2000) para referir-se a identidade autoral que o falante constrói para si mesmo no texto - e, lidar com posicionamentos interpessoais e com os relacionamentos. Por meio desse sistema, estuda-se a forma como os falantes e escritores fazem julgamentos sobre as pessoas e acontecimentos em geral.

A fim de mapear todo o processo avaliativo, Martin e White (2005) subdividem o SA em três subsistemas, a saber: atitude, engajamento e gradação. O subsistema de atitude codifica um valor positivo ou negativo, que pode ser intensificado para mais ou para menos (MARTIN, 2000, MARTIN; ROSE, ([2003]/2007) e realizado em várias estruturas gramaticais, tais como: (1) no atributo na oração relacional; (2) no epíteto no grupo nominal; (3) na qualidade nominalizada no grupo nominal; (4) no processo com significado atitudinal (HOOD, 2004, p.76).

O subsistema de atitude ocupa um lugar central no processo avaliativo, uma vez que seus subtipos revelam os níveis em que a avaliatividade é desenvolvida e expressa no discurso. Segundo Martin (2003, p.25), os sentidos atitudinais ou atitudes estão divididos em três tipos: afeto, julgamento e apreciação. Todos eles envolvem sentimento, mas, o julgamento e a apreciação são disposições das emoções que foram institucionalizadas para que pudéssemos entrar nas comunidades uns dos outros.

O julgamento recontextualiza sentimentos no terreno de propostas sobre “como comportar-se”, a ética e a moralidade codificadas pela igreja e pelo Estado. Já a apreciação recontextualiza sentimentos no terreno de proposições, ou seja, sobre o valor

das coisas, senso de beleza e valor que pode, por sua vez, ser codificado como medalhas, troféus, prêmios, etc.

No Ofício do senador Fernando Collor, o eixo do *status* é marcado por etapas do gênero de Redação Oficial. O MRPR estabelece o uso exclusivo, portanto hierárquico, do vocativo Excelentíssimo para referir-se a autoridades públicas, como Senadores e Deputados. O fecho também tem a função de marcar a hierarquia. Ao dirigir um texto a uma autoridade de maior hierarquia, deve-se usar o fecho ‘Respeitosamente’, e ao dirigir a uma autoridade de mesma hierarquia, usar-se-á ‘Atenciosamente’. No Ofício em questão, o senador usa o fecho ‘Atenciosamente’ (em vez de ‘Respeitosamente’, já que ele está se dirigindo ao Presidente da Casa) para o Presidente do Senado Federal e assina também como presidente de comissão. Todavia, ele iguala a relação hierárquica no texto, representando-a no eixo da solidariedade. Nesse eixo, ele estabelece aproximação com seu interlocutor. Para tal, faz o uso da informalidade ao usar o adjetivo *Caro* e o a expressão *com o abraço do Senador*. Ambas as expressões estão permeadas de avaliatividade, de tal modo que os recursos léxico-gramaticais do Ofício estão localizados nos eixos conforme demonstrado a seguir na Figura 2.

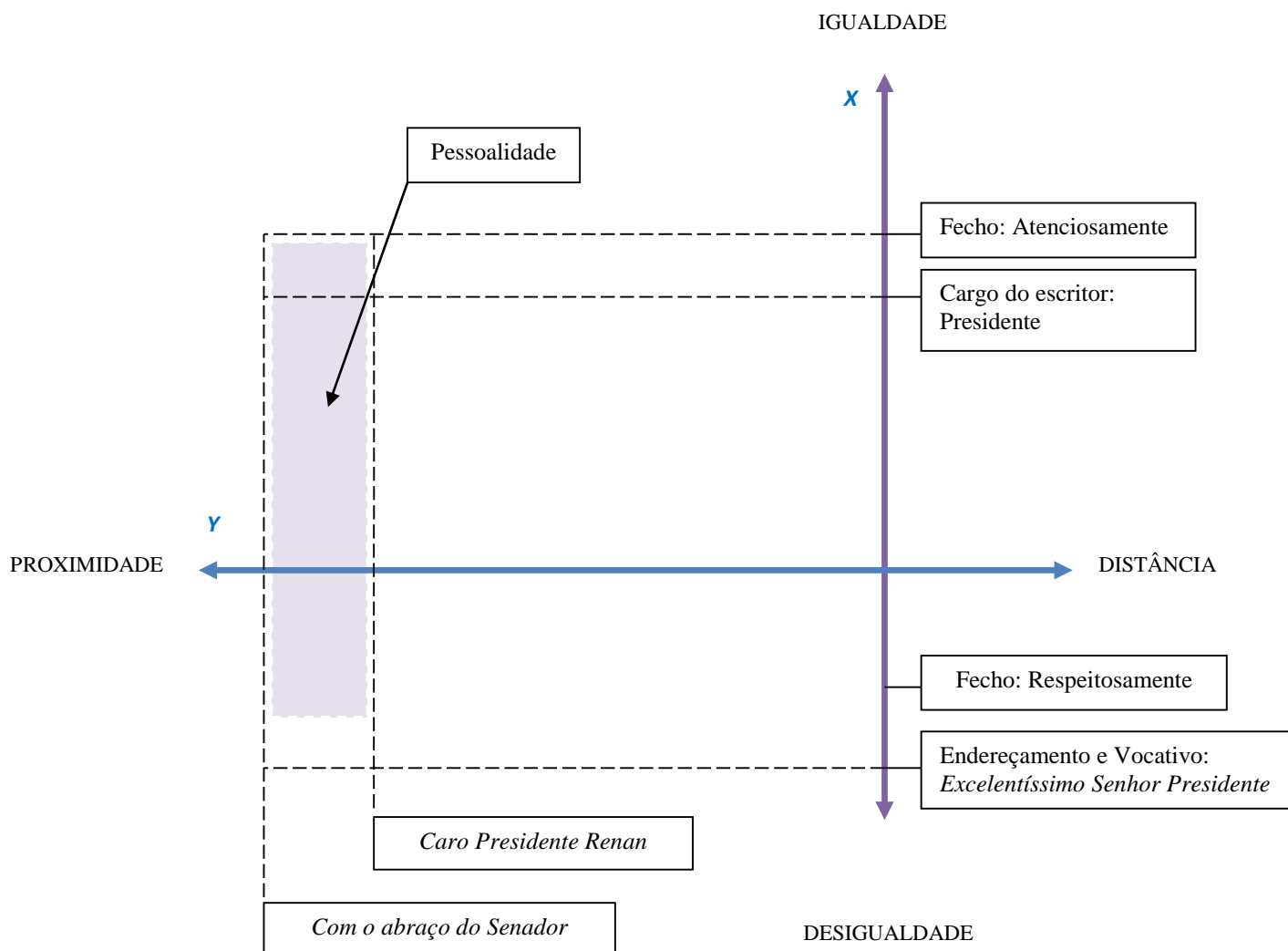


Figura 2 – Eixos do Status e da Solidariedade

O que se evidenciou nos eixos foi que as etapas “Vocativo” e “Fecho”, neste gênero textual, são marcadas pelo uso de pronomes de tratamento que têm a função de estabelecer o grau de hierarquia e distância social entre os participantes envolvidos na interação. Sendo assim, as estruturas estendidas que marcam personalidade estão localizadas no eixo da solidariedade, uma vez que seu significado não permite estabelecer hierarquia, mas proximidade social, em parte devido a sua carga de avaliatividade. Note-se também que recursos da avaliatividade concorrem para realizar

a aproximação, localizando-se no eixo da solidariedade. De acordo com Martin e Rose (2008):

Solidarity is concerned with social distance – close or distant depending on the amount and kinds of contact people have with one another, and with the emotional charge of these relations (the horizontal dimension of tenor).⁴

A carga emocional que surge dessas relações é representada linguisticamente pelo Sistema de Avaliatividade. Veja que o adjetivo utilizado logo após o Vocativo, pelo senador Fernando Collor ao Presidente do Senado, é *Caro*. Ele o faz acrescentando mais uma etapa ao Ofício, típica de outros gêneros textuais como o E-mail Pessoal, por exemplo. Por fim, ao encerrar o seu Ofício, utiliza a expressão *Com o abraço do Senador*. Ambas as expressões portam carga avaliativa de Afeto, o qual, segundo White (2011, p.16), exprime significado atitudinal associado à emoção do falante/escritor. Aqui o afeto expressa uma qualidade, *Caro Presidente Renan*, por meio de um epíteto que qualifica o Presidente do Senado, aproximando-o de seu signatário. Também expressa um sentimento construído popularmente como positivo (WHITE, 2011, p.22) na cultura brasileira. Em despedidas, encerramento de e-mails ou cartas, de caráter informal e íntimo, “um abraço” carrega uma avaliação positiva. No caso do Ofício, seu caráter pessoal é potencializado ao complementar-se com sentido de posse ou origem do abraço, que é “do Senador”.

Percebe-se assim a intenção do escritor de evidenciar para seu leitor o tipo de relação que pretende estabelecer ou manter com o Presidente da Casa. Essa intenção de demonstrar proximidade nas relações interpessoais parece ter maior destaque quando comparada com a informação que o texto vincula: comunicar a eleição de presidente e vice-presidente de uma determinada comissão no Congresso Nacional. A imagem que se tem do senador signatário é a de um político afetuoso, que se diferencia em sua relação com seus pares e com o Presidente da Casa, preferindo a pessoalidade dos afetos à impessoalidade que o cargo público exige de um legislador.

⁴ “Solidariedade está relacionada à distância social – perto ou distante a depender da quantidade e tipo de contato que as pessoas têm umas com as outras, e com a carga emocional dessas relações (a dimensão horizontal das relações)”. Tradução livre.

Como mostra o Ofício de autoria do senador Fernando Collor, nem todos os agentes políticos ou gestores públicos atendem ao princípio constitucional da impessoalidade. Sendo assim, a variedade de registro Relações permite-nos analisar linguisticamente como a léxico-gramática do português brasileiro realiza as negociações nesses gêneros de redação oficial. Para tal, tomamos três Ofícios, que serão apresentados a seguir. Procederemos à análise, segundo a proposta de Halliday (2014) e os estudos complementares de Thompson (1996) acerca da metafunção interpessoal da linguagem.

Texto 3

Of. n° 378/GAB-LidPT					Brasília, 30 de abril de 2013.				
Excelentíssimo Senhor Henrique Eduardo Alves Presidente da Câmara dos Deputados									
Senhor Presidente, Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para solicitar a retirada dos (das) deputados (as) Domingos Dutra (PT/MA), Érika Kokay (PT/DF), Nilmário Miranda (PT/MG) como membros titulares e Janete Pietá (PT/SP), Luiz Couto (PT/PB) e Vicentinho (PT/SP) da condição de suplentes na Comissão de Direitos Humanos e Minoria – CDHM.									
Atenciosamente, Usiraque, Vice-Líder da Bancada na Câmara.									
Senhor Presidente, Vocativo									
(eu)		Tenho		a honra de		dirigir		-me a Vossa Excelência,	
Sujeito		Finito		Complemento		Predicador		Complemento	
				Julgamento				Julgamento	
Modo				Resíduo					
para	solicitar	a retirada dos (das) deputados (as) Domingos Dutra (PT/MA), Érika Kokay (PT/DF), Nilmário Miranda	como membros titulares	e Janete Pietá (PT/SP), Luiz Couto (PT/PB) e Vicentinho (PT/SP) da condição de suplentes	na Comissão de Direitos Humanos e Minoria – CDHM.				

		(PT/MG)			
	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância	Complemento	Adjunto de Circunstância
	Resíduo				
Atenciosamente,					
Fecho					

O texto 3 tem como objetivo, entre outros, uma demanda: solicitar ao Presidente da Casa a retirada de deputados da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Para realizar a demanda, o escritor usa recursos que ampliam os significados para a negociação. É nesse sentido que a oração é compreendida na metafunção interpessoal, como troca.

O deputado signatário poderia ser objetivo em seu texto e de uma forma direta realizar a sua demanda, sem antes mencionar sua honraria em se dirigir ao presidente da casa. Consideremos que o registro realiza em si o contexto de cultura em que o gênero textual é produzido. Note-se que o verbo que traz a informação principal, *solicitar*, encontra-se no Resíduo da oração, como Predicador. De acordo com Halliday (2014), o resíduo tem importância secundária em relação ao Modo da oração, que, por sua vez, tem sua centralidade no Finito, o qual porta as informações de tempo do evento e os julgamentos e avaliações do falante. Consideramos que o Resíduo tem sua importância diferente do Modo e que sua função é realizar a argumentação, dar sustento a ela.

Nesse sentido, o deputado elegeu como Finito o verbo *tenho* na primeira pessoa, com o tempo primário presente do indicativo, cujo complemento é *a honra*. Assim, a solicitação apresenta importância secundária em relação aos sentimentos pessoais do deputado. Acerca do tempo verbal em questão, o presente do indicativo, Koch (2011) escreve que tal tempo pertence ao mundo comentado, em oposição ao mundo narrado. Segundo ela, o mundo comentado apresenta um traço de tensão, uma vez que nele o discurso compromete o falante/escritor. Quanto ao ouvinte/leitor, esse mundo o adverte e o impele a uma reação, exige-lhe uma resposta, pois o afeta diretamente. Logo, o tempo manifesta uma atitude de engajamento e comprometimento. Não é à toa que a modalidade realizada é a de probabilidade/certeza. É o sujeito escritor quem dá a certeza de suas ações e de seu comprometimento pessoal na interação estabelecida. Ao manifestar tão apreço honorífico, o deputado cria laços de companheirismo e

cordialidade, de forma a subtender uma contrapartida de seu leitor, seja no evento imediato que o envolve ou em eventos futuros.

Quanto ao Sistema de Avaliatividade, o primeiro Complemento, *a honra de*, é um julgamento atribuindo qualidade ao escritor. Ele envolve estima social, pois não apresenta implicações legais, mas implicações de senso comum, de cunho pessoal. Trata-se de um comportamento individual especial, em virtude da retirada de deputados da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a qual se deu quando o então Deputado Federal, Marcos Feliciano, assumiu a presidência da Comissão; ou ainda em virtude do direcionamento do deputado à pessoa do Presidente. Por certo, é possível identificar gradação nesse Complemento. Trata-se do subsistema gradativo de Força, pois há a intensificação de uma qualidade, em que a intensidade está fusionada no significado lexical. Podemos identificar, em ordem crescente de intensidade, a seguinte gradação: *Tenho prazer; Tenho o privilégio; Tenho a honra*. Portanto é uma Gradação de intensidade alta.

Por questões políticas e culturais, a cordialidade exige uma resposta positiva e afetiva. Tais gêneros textuais são produzidos e consumidos em um contexto político que implica parcerias e acordos. Escritor e leitor são os participantes e agentes desse contexto político. Uma negativa ao que se espera nessa relação interpessoal poderá gerar desacordos, enfrentamentos e crises políticas, tendo em vista que se trata de uma cultura administrativa que ainda não tem a impessoalidade como princípio de seu agir e fazer.

Feitas essas considerações, por meio do Sistema de Modo, constatamos que além, de solicitar um serviço, o presente gênero também tem como objetivo social firmar o tipo de relação que o deputado quer estabelecer com o presidente da casa, bem como a identidade que o partido quer demonstrar na casa. Observe-se que, na identificação do expediente, consta “gabinete da liderança do PT”, Of. nº 378/GAB-LidPT. Considerando-se ainda o fato de que o Partido dos Trabalhadores, no exercício de 2013, abriu mão da presidência da CDHM (Comissão de Direitos Humanos e Minorias), o que gerou polêmica na sociedade e abriu caminhos para outras lideranças políticas na Comissão.

Percebe-se que o escritor busca primeiramente estabelecer um tipo de proximidade com seu interlocutor para então fazer a solicitação, o que é demonstrado

pela organização interna do texto para realizar ofertas ou demandas de informação ou bens e serviços.

A seguir, o texto 4 tem como objetivo indicar o deputado Chico das Verduras para ser membro suplente de uma comissão especial.

Texto 4

Of. 181/2013-BLOCO
Brasília, 18 de abril de 2013

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Henrique Eduardo Alves
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Indicação para membro Suplente de Comissão Especial

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Chico das Verduras (PRP-RR), para membro Suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição no 32-A, de 1999, do Sr. Pompeo de Mattos, que “determina a concessão de bolsas de estudo e crédito educativo para o ensino médio e superior aos estudantes carentes em instituições privadas, acrescentando inciso VIII ao art. 208 da Constituição Federal”.
Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,
Deputado **Anthony Garotinho**,
Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

(eu)	Solicit	especial	de Vossa	no	indicar	o Deputado
	o	atenção	Excelência	sentido de		Chico das
						Verduras (PRP-
						RR), para
						membro
						Suplente da
						Comissão
						Especial
						destinada a
						proferir parecer
						à Proposta de
						Emenda à
						Constituição no
						32-A, de 1999,
						do Sr. Pompeo
						de Mattos,

Sujeito	Finito	Complemento	Complemento	Adjunto Comentarário de Validação	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo		Modo	Resíduo	
que	“determina		a concessão de bolsas de estudo e crédito educativo para o ensino médio e superior aos estudantes carentes em instituições privadas, acrescentando inciso VIII ao art. 208 da Constituição Federal”.			
	Finito	Predicador	Complemento			
	Modo	Resíduo				
Sendo	o que	se apresente			para o momento,	
Predicador	Sujeito	Finito			Complemento	
Resíduo	Modo				Resíduo	
(eu)	Reitero		ao ilustre Presidente	meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.		
Sujeito	Finito	Predicador	Complemento	Complemento		
Modo		Resíduo				
Respeitosamente,						
Fecho						

Observemos que o verbo *indicar* determina que uma ação seja tomada, havendo nele um sentido de comando. Ora, conforme o regimento interno da Câmara dos Deputados, Capítulo IV, Art. 10, inciso VI, é prerrogativa do Líder, *indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los* (CONGRESSO NACIONAL, 1989). Todavia, a construção da primeira oração não deixa claro se o deputado está indicando ou pedindo que o presidente da casa faça a indicação. O verbo *indicar* aparece como Predicador no resíduo da oração, e o verbo *solicito* como Finito no modo da oração, sendo a oração um pedido de bem e serviço, que materializa uma ordem como função da fala.

Embora o verbo *solicitar* realize uma demanda, configurando uma ordem, o Predicador *indicar* atenua a ordem, o comando. Por isso, não está claro quem deve indicar, considerando que o Regimento Interno não deixa dúvidas sobre a quem pertence essa tarefa. Há então um comando, quanto ao sentido, o qual está sendo realizado na forma de uma demanda.

A língua tem recursos que estendem os significados das orações, os quais envolvem formas não congruentes de representação dos significados. É o que Thompson (1994) e Halliday (2014) denominam de metáforas gramaticais. Em outras palavras, uma *declaração* pode realizar significado de *pergunta*. Segundo Thompson (1994), as metáforas gramaticais são formas típicas de linguagem informal. Trata-se de uma estratégia de interação a fim de estabelecer e manter contato com outras pessoas, expandindo-se o significado potencial das palavras e da oração. Quanto mais necessitamos de negociações, mais tendemos a realizar escolhas léxico-gramaticais relativamente complexas e/ou não congruentes. Halliday (2014) afirma que o efeito geral da metáfora gramatical é construir camadas adicionais de significado e de fraseamento. Por isso, há também um efeito sistêmico, pois a metáfora expande o significado potencial pela criação de novos padrões de realização estrutural quanto a fraseamento e significado.

Segundo Halliday (2014), as variantes metafóricas criam maior distância semiótica entre o sentido e o fraseamento do texto. Isto é, entre o sentido e a forma, entre o significado e a léxico-gramática. Halliday entende que essa distância também promove distância social entre o signatário e o destinatário. É o que se confirma no tipo de fecho que o deputado escolhe para o seu Ofício: *Respeitosamente*.

O deputado Anthony Garotinho poderia realizar a seguinte redação para o seu comando: *Indico o deputado (...)*. Todavia o mesmo escolheu expandir o significado potencial de sua negociação. Realizou o comando metaforicamente por meio de uma demanda, uma solicitação. Contabilizou seis elementos no sistema de modo, na redação, para realizar sua metáfora. Conforme Thompson (1996), não é surpresa que o recurso da metáfora de Modo tende a ser construído mais frequentemente para a função de comando, uma vez que os comandos são obviamente os tipos mais sensíveis de papéis da fala, tendo em vista que envolvem tentativa de influenciar o comportamento de outra pessoa.

Diferentemente da primeira oração que é realizada metaforicamente, no último parágrafo, o deputado opta por realizar sua redação de forma direta, sem metáfora de Modo, isto é, realiza o sentido e a forma de maneira congruente. Seu objetivo é manifestar ao presidente, o qual ele considera ilustre, seus elevados apreços e distinta consideração. Note-se que o verbo *reitero* é finito, não há oração reduzida ou formas verbo-nominais como predicador. Como mencionado na análise do texto 3, o tempo do

Finito é o presente do indicativo. Nesse tempo, o signatário está comprometido com o seu interlocutor em manifestar-lhe sentimentos de caráter pessoal, assim também sua personalidade compromete o presidente da Casa, pois o faz de forma pública. É preciso ainda mencionar que, conforme consta no Diário da Câmara dos Deputados, os ofícios são lidos na mesa parlamentar antes de sua publicação. A mesma estrutura metafórica é realizada no texto 5.

Texto 5

OF. nº 025/12 – CDH		Brasília, 21 de março de 2013.				
Excelentíssimo Senhor Presidente,						
Ao cumprimentá-lo, informo a vossa Excelência, em aditamento ao Of. 017/13 – CDH, o fim do prazo da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, em 02/02/2013. A Subcomissão em comento foi instalada em 18/05/2011, pelo RDH nº 3/2011, de autoria do Senador Wellington Dias.						
Isto posto, solicito a gentileza de retirar da ordem do dia a menção e composição da Subcomissão em apreço.						
Atenciosamente,						
Senador Ana Rita,						
Presidenta.						
Excelentíssimo Senhor Presidente,						
Vocativo						
Ao cumprimentá-lo,		(eu)	informo			
Adjunto de Circunstância		Sujeito	Finito	Predicador		
Resíduo		Modo		Resíduo		
a vossa Excelência,	em aditamento ao Of. 017/13 – CDH,	o fim do prazo da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, em 02/02/2013.				
Complemento	Adjunto de Circunstância	Complemento				
Resíduo						
A Subcomissão	em comento	foi	instalada	em 18/05/2011,	pelo RDH nº 3/2011,	de autoria do Senador Wellington Dias.
Sujeito	Finito Adjunto	Finito	Predicador	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância

	de Comentário Validação					
Modo			Resíduo			
Isto posto,			(eu)	Solicito		a gentileza de retirar
Finito: Adjunto Modal de Modo Obviedade			Sujeito	Finito	Predicador	Complemento
Modo				Resíduo		
da ordem do dia	a menção e composição da Subcomissão				em apreço.	
Complemento	Complemento			Adjunto de Circunstância		
Resíduo						
Atenciosamente,						
Fecho						

Esse texto cumpre dois propósitos sociais: primeiramente informação e, em seguida, demanda. No primeiro parágrafo, a função da fala ‘declarar’ é realizada pelo verbo finito *informo*, na primeira pessoa do presente do indicativo, apresentando assim uma modalidade epistêmica como probabilidade de certeza. Todavia, a deputada, presidenta de uma comissão, introduz a primeira oração por meio de um adjunto de circunstância temporal, em que manifesta a sua cordialidade ao presidente da casa ao mesmo tempo em que dá uma informação: *Ao cumprimentá-lo*. Parece ser a cordialidade um sentido considerável e recorrente na elaboração dos documentos oficiais, ainda em que pese o caráter impessoal que se espera em tais documentos. Embora fuja da normatividade, não podemos negar a força do contexto de cultura na (re)construção dos gêneros textuais nas práticas sociais.

Notemos que a informação do primeiro parágrafo gira em torno do objetivo do segundo parágrafo, que é uma demanda. A informação do primeiro parágrafo exige uma ação que será apresentada no segundo. A demanda é a retirada da menção e composição da Subcomissão da ordem do dia, por meio de um comando. Para realizá-lo, uma possibilidade seria o uso do imperativo do verbo *retirar*, nas seguintes possíveis formas:

- a) 'Retire da ordem do dia a menção e composição da Subcomissão em apreço';
- b) 'Solicito que retire da ordem do dia a menção e composição da Subcomissão em apreço'.

Por questões de polidez, a deputada opta pelo uso da forma verbo-nominal, o infinitivo, a fim de atenuar o comando. Ela recorreu no Complemento, que tem seu lugar no Resíduo da oração. Como Finito, ela optou por centralizar a oração em sua solicitação, expandindo o significado potencial da negociação.

A forma (a) não carrega a cordialidade e a polidez típicas no contexto de cultura da instituição. Sua realização nesse contexto, não está socialmente situada no ambiente de negociações políticas. No sentido comum na cultura brasileira, esta forma não é bem vista. A forma (b) é perfeitamente possível para o contexto político de onde a deputada escreve seu Ofício. Ainda assim o comando *que retire*, forma finita, está em uma oração projetada, que é o resíduo da oração principal *Solicito*. Porém, como mencionado, a opção foi realizar o comando por meio de uma forma não congruente. Isto é, o comando foi realizado por meio de uma solicitação, na forma de uma metáfora de Modo: *Solicito a gentileza de retirar*.

Nessa metáfora, a signatária, além de expandir o significado potencial de sua negociação, atribui, por meio de uma nominalização – a gentileza, um papel a ser desempenhado pelo seu interlocutor, o Presidente da Câmara dos Deputados. É novamente o papel da cordialidade mediando as negociações e as relações administrativas governamentais. O que é solicitado primeiramente ao presidente é sua gentileza. Dessa forma, busca-se evitar uma negativa como resposta, a qual é possível, conforme mostra o texto 1, mesmo se tratando de outra ocasião. Consideremos ainda que, conforme publicação no diário legislativo, o Ofício da deputada foi lido na mesa parlamentar.

Algumas considerações

O que pudemos observar nos Ofícios examinados é que existe uma ordem institucional que se orienta pela polidez e atribuição de papéis nas relações interpessoais. Trata-se de uma estratégia discursiva para obtenção de êxito nas trocas de informação e bens-e-serviços por meio de traços de cordialidade e gentileza. Metáforas

interpessoais e modalidades foram recursos utilizados para estabelecer aproximação e hierarquia nas relações de poder.

Percebemos nos textos analisados que a etapa Texto, quanto à organização dos períodos, configura-se estruturalmente como:

- (1) Período de introdução: estabelece o tipo de relação que o signatário tem ou quer estabelecer com o seu interlocutor. Essa relação é marcada por cordialidade e honrarias, pois o interlocutor, devido ao meio em que ocorre a comunicação, recebe o tratamento de Vossa Excelência ou Excelentíssimo.
- (2) Período de Desenvolvimento: realiza o ato de fala, uma demanda, uma ordem, uma solicitação, uma pergunta acerca de uma informação ou um bem e serviço. É um momento crítico no gênero textual, pois se busca mitigar os atos de fala, a fim de suavizá-los. Para tal faz-se uso da Modalidade e Metáforas interpessoais.
- (3) Período de Conclusão: encerra a fala retomando a relação estabelecida no primeiro período. Haverá, pois, o reforço das características de excelência do destinatário, podendo por vezes comprometer sua resposta, a fim de que o gênero textual logre êxito em seu objetivo cultural.

De fato, o que se configura textualmente e discursivamente é diferente do previsto nos manuais oficiais, os quais não levam em conta os propósitos culturais e sociais das relações interpessoais realizadas nos textos. A análise das relações interpessoais em Ofícios fundamentada na abordagem da Linguística Sistêmico-Funcional revela o embate cultural acerca do público e o privado manifesto nos textos. A presença de pessoalidade nos textos, que se dá por meio da cordialidade e da polidez, compromete o princípio da impessoalidade nos atos comunicativos da redação oficial, além de revelarem estratégias políticas de atribuição de identidades e papéis aos interlocutores.

Diante da ocorrência de textos com traços de pessoalidade e informalidade, faz-se necessário considerar a busca de uma cultura administrativa mais profissional e focada no interesse público, explicitando-se a mistura entre o público e o privado. De fato, as análises permitiram-nos constatar um fazer administrativo que ainda não se adequa aos princípios constitucionais-administrativos. Isso toca, conseqüentemente, outros princípios da Constituição, como a publicidade. Apesar de os Ofícios aqui examinados terem sido publicados nos diários oficiais legislativos, nem todos o são.

Consideramos que a pessoalidade mina o interesse público, ao dar espaço a interesses particulares, havendo assim subordinação do interesse público ao interesse privado. Conseqüentemente, documentos oficiais passam a ser tratados como privados, o que pode ser constatado pela dificuldade de acesso a esses gêneros textuais, para além do que é selecionado e publicado nos diários oficiais dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário.

Uma contribuição possível para essa mudança é levar os conhecimentos e o estudo da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) para o meio administrativo, quando da capacitação profissional de servidores públicos, principalmente capacitações para a produção textual de documentos oficiais, bem como a análise desses documentos pelos órgãos de auditoria. Ainda, considerar uma revisão urgente dos Manuais oficiais à luz da Gramática Sistêmico-Funcional. Com isso, espera-se não apenas uma mudança cultural na administração pública brasileira – acreditamos que isso se dará pela educação e conscientização política de eleitores e seus representantes políticos, mas que esses conhecimentos sistêmico-funcionais colaborem para a capacitação profissional dos servidores públicos. Servidores públicos capacitados e mais críticos quanto a seus deveres sociais podem oferecer serviço de qualidade, o que significa eficiência da máquina pública e cidadãos atendidos adequadamente em suas demandas. Isso é de grande importância, pois grande parte dos serviços públicos prestados à sociedade requer, necessariamente e em diferentes graus, a produção de redação oficial. A eficácia desses serviços está, de algum modo, atrelada aos diversos gêneros textuais da administração pública.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2.ed. Brasília, 2002.
- CONGRESSO NACIONAL. **Resolução no 17, de 1989**. Aprova o Regimento Interno da

Câmara dos Deputados. Publicada no Suplemento ao *Diário do Congresso Nacional-I* de 22-9-1989, p. 3.

EGGINS, Suzanne. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum, 2004.

EGGINS, Suzanne; MARTIN, James Robert. Genres and Registres of Discourse. In: Van Dijk, T.A. **Discourse as Structure and Process**, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2008.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An Introduction to Systemic Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. **An Introduction to Systemic Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 2004.

HOOD, Susan. **Appraising research: taking a stance in academic writing**. Tese de doutorado. University of Technology: Sidney, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

MARTIN, James Robert. Beyond exchange: appraisal systems in English. In: HUNSTON, S.; HOMPSON, G. **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MARTIN, James Robert. Introduction. **Text and Talk**, 23(2), 171-181, 2003.

MARTIN, James Robert; ROSE, David. **Genre Relations: mapping culture**. London: Equinox, [2003]2007.

MARTIN, James Robert; WHITE, Peter. **The language of evaluation: Appraisal in English**. London: Palgrave Macmillan, 2005.

SARTIN; Fabíola Aparecida Dutra Parreira Almeida; ALBUQUERQUE-BARBOSA, Maria do Rosário da Silva. S. A. (Org.) Dossiê temático Estudos Linguísticos, literários e ensino: conexões e diálogos. **Linguagem Estudos e Pesquisas**. 19. ed. Catalão: UFG, 2015. v. 2. 238 págs.

SILVA, Edna Cristina Muniz da. **Gênero e prática de letramento no ensino fundamental**. Brasília: UnB, 2007.

_____. Ciclo de aprendizagem baseado em gêneros. **Revista Linguagem. Estudos e Pesquisas (UFG)**, v. 19, p. 19-36, 2015.

WHITE, Peter. R. R. Valoração – A Linguagem da Avaliação e da Perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. esp., p. 177-205, 2004



WHITE, Peter. Appraisal. In. Zienkowski, Jan-Ola Ostman, Jef Verschueren.
Discursive Pragmatics, 2011.

